

ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARGARIDA SALOMÃO

Del Carmem (UFF, CNPq, PPFH)

Vanise Medeiros (UFF, CNPq, FAPERJ)

Recebido em: 17/09/18

Aprovado em: 21/09/18

Este número da *Revista Caderno de Letras* conta com uma entrevista da Professora Emérita da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), **Margarida Salomão**, pesquisadora, escritora e política brasileira. A reconhecida e respeitada linguísta brasileira, da área dos estudos de linguística da cognição, é graduada em Letras pela mesma universidade mineira onde trabalhou por quarenta anos. É mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora pela *University of California*, instituição na qual realizou também estágio pós-doutoral. Atuou na graduação em Letras e na pós-graduação em Linguística, na UFJF, tendo sido, ainda, Reitora (1998-2006) e Pró-Reitora de Pesquisa (1994-1998) na mesma universidade. Integrou a Direção da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES (2004-2006) e participou em diversos projetos de pesquisa, entre eles, o projeto *FrameNet* Brasil, como líder de pesquisa. É, ainda, membro do Grupo de Trabalho *Linguística e Cognição* da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL.

Agradecemos à professora Margarida Salomão pelas importantes reflexões que nos propicia, com suas respostas, a questões relacionadas com o atual contexto político educacional brasileiro. Agradecemos, ainda, por sua disponibilidade em contribuir na discussão proposta neste número de *Cadernos de Letras*, sobre políticas e práticas no cenário da Educação pública brasileira, em momento tão conturbado, pelo qual passa o país.

Advertimos o leitor de que, tendo em vista a natureza da entrevista, optamos por não recorrer a nenhuma norma específica para a transcrição da

fala da professora, tendo sido mantidas desta forma as marcas de oralidade de modo a preservar, o mais possível, as reflexões feitas pela docente às perguntas elencadas a seguir.

Vivemos um momento político em que as práticas discursivas legitimadas até 2016 são rapidamente suplantadas por outras. Que dispositivos dão sustentação a essas mudanças e autorizam a efetividade dessa simultaneidade de ações?

As práticas discursivas legitimadas têm assinatura. Uma grande parte delas procede da mídia hegemônica, chamada grande mídia, que produziu um discurso com grau extraordinário de organicidade em termos de caracterização daquilo que foi a crise final do governo Dilma, um diagnóstico de apocalipse para a sociedade brasileira e uma reverberação na classe média que levou inclusive as pessoas à rua, o que é uma prática menos comum para a classe média. A classe média é uma militante mais inerte, e, no entanto, aquelas grandes manifestações de 2015 tiveram um papel muito forte em construir um cenário para o desfecho final do golpe de 2016. A mídia, a grande mídia, sem sombra de dúvida, é um dos principais atores discursivos nesse quadro que nós estamos considerando. O outro grande ator, porque referendou e respaldou os encaminhamentos políticos que resultaram dessa denúncia do apocalipse, é o judiciário. Nós tivemos irregularidades flagrantes no processo que removeu do poder a presidenta Dilma e que, não obstante, foram contestados, foram referendados, foram negligenciados, na sua transgressão, pelos tribunais superiores. Nós devemos lembrar que a denúncia originária contra a presidenta Dilma é alguma coisa que resulta de um parecer do Tribunal de Contas da União que não é nada mais do que um órgão assessor do Parlamento Brasileiro, mas que, pela sua representação linguística (Tribunal de Contas da União), as pessoas que são os auditores máximos, na verdade é disso que se trata, se tratam a si mesmos como ministros à semelhança, e por analogia, aos ministros dos tribunais superiores. Então você tem sim uma “juridicização” de todo esse processo, e eu diria que é a grande mídia, construindo um ambiente de desgaste, de erosão, inclusive uma

erosão profundamente misógina da imagem da Dilma, e mais, esse referendado legal pelo judiciário que constrói uma prática discursiva que sustenta o golpe de 2016.

Como a universidade pública e a produção do conhecimento científico são afetadas por essas medidas?

A universidade pública é diretamente afetada pelo golpe na medida em que já em 2016 foi votada a “Emenda Constitucional do fim do mundo”, a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos sociais da União, os gastos públicos na verdade, dos orçamentos públicos por vinte anos, chamados de gastos discricionários. Os gastos discricionários são os gastos sociais: com educação, com ciência e tecnologia, com segurança, com saúde, com assistência social. Os outros gastos, que não estão submetidos à lei do teto, são exatamente aqueles que dizem respeito ao financiamento da dívida pública. Então, é óbvio que o orçamento das universidades federais foi imediatamente assombrado por essa Emenda Constitucional. Você tem consequências disso, consequências ainda mais duras, eu diria, na área da Ciência e Tecnologia, que é uma área com menos militância corporativa, não é? Porque nas universidades, de todo modo, você tem uma unidade territorial, uma unidade social, que as torna sempre agentes políticos ruins de ser confrontados, mas a comunidade científica é muito mais dispersa. Quer dizer, ela habita as universidades, mas ela não “coesiona” da maneira como se “coesionam” os departamentos, as coordenações de curso. Com isso a comunidade científica foi ceifada de uma forma implacável, já na passagem de 2016 para 2017 e agora de 2017 para 2018. É lógico que isso afeta a materialidade das condições de fazer pesquisa, de formar pesquisadores, de fazer educação de alto nível nesse país. Quem faz isso, é claro, são as universidades públicas que concentram quase que a totalidade da massa crítica da ciência e da tecnologia brasileira. Além disso, o golpe afeta também as universidades na sua autonomia acadêmica. De um lado, como efeito colateral na medida em que os reitores estão tendo de vir de pires na mão ao Ministério da Educação para negociar liberação de recursos; é lógico que eles também têm sua capacidade de confronto reduzida. E nós

estamos vivendo um momento de muita perversidade, em que o MEC, inclusive, vem jogando para dentro das universidades os conflitos relativos à distribuição de recursos que resultam exatamente da redução. Com a redução de recursos do orçamento das universidades, há menos bolsas. Os bolsistas ou aqueles que deixam de ser beneficiados com as possíveis bolsas são uma bomba. Dentro das universidades, você está tendo, em algumas instituições, confrontos ferozes com as gestões locais, exatamente porque a população sacrificada se dirige primeiro ao interlocutor mais próximo. Então, você tem essa redução da autonomia acadêmica já como um efeito da redução orçamentária. Mas eu acho que a coisa vai além disso, porque nós tivemos, ainda recentemente, a manifestação ridícula do Ministro da Educação tentando interferir sobre a postulação de cursos de Pós-Graduação ou de cursos de Extensão nas universidades, quando um professor da Universidade Federal de Brasília propôs uma disciplina para debater o processo do golpe de 2016. Veja que é um curso de Ciência Política, não era um curso de Química, quer dizer, se um curso de ciência política se recusa a debater a atualidade brasileira, eu penso que ele também fica muito prejudicado na sua capacidade de formação e de produção de análise, de produção de pensamento. O golpe atinge de frente as universidades, a liberdade de pensamento, a capacidade de formulação crítica, a condição de nós termos uma ciência e uma tecnologia autônomas no Brasil.

Como linguista, o que você nos diria sobre o impacto dessas mudanças na produção de conhecimento científico da nossa área?

Com relação à nossa área, eu diria que nós vivemos, com relação a esses cortes e essa adversidade, uma situação de ambiguidade. O fato é que eu acho que a nossa área tem uma capacidade de analisar essa disputa porque em grande parte é uma disputa na área de linguagem, é uma disputa de discurso. Então, ela tem uma capacidade privilegiada para fazer uma contribuição decisiva. A nossa área, para o neoliberalismo que é um sistema de dominação ideológica, não é apenas um reordenamento econômico, o neoliberalismo é uma disputa da alma, e, por conta disso, nós, que somos anatomistas das almas, temos uma condição extraordinária de intervir de

uma forma esclarecedora, de uma forma, quase que eu diria, militante. Entretanto, a ignorância sobre a nossa área é absolutamente assustadora. Embora nós saibamos – nós que estudamos isso – que políticas linguísticas são uma das formas mais eficazes de implementar qualquer política no mundo - e aliás a CIA sabe disso, o Departamento de Defesa Americano sabe disso, há anos e anos que eles colonizam, desde o início do século XX, a alma mundial através de Hollywood e depois de toda a sua subsequente e sua desdobrada indústria do entretenimento. Mas, de uma forma menos operativa, o nosso potencial é ignorado. É ignorado, por exemplo, pelas outras ciências brasileiras. E essa sombra, esse sombreamento do nosso potencial de explosão, também de alguma forma nos protege. Quer dizer, os departamentos de ciências políticas, de ciências sociais, são vistos muito mais como inimigos dessa ordem reacionária, desse reordenamento reacionário, do que os departamentos nas áreas de linguagem. Erradamente, do meu ponto de vista. Mas é fato que essa suposta irrelevância da nossa área no campo da política também age como amortecedor de tensões para o nosso lado. Eu acho que nós, na verdade, temos o dever de levar adiante a grande capacidade analítica de investigação arqueológica desse processo de opressão que se constrói, que se instala, que se dissemina pelo mundo, é quase que um imperativo ético hoje para nós.

De que modo os estudos da linguagem podem vir a colaborar dentro do atual cenário?

De alguma forma eu antecipei, no fim da minha resposta à terceira questão, esse ponto. Eu acho que os estudos da linguagem têm muito a contribuir no desvendamento dessa ordem opressiva que o neoliberalismo fomenta pelo mundo. Eu acho que as reflexões que procedem de Foucault sobre a biopolítica são pungentemente atuais. Se nós relermos aquela conferência no *Collège de France* em que ele faz essa antecipação quase que profética do que viria acontecer em termos da contaminação de toda racionalidade social e política, pela emergência do conceito de capital humano como central na reorganização socioeconômica do mundo. Isso é alguma coisa que nós precisamos compreender e ajudar os outros a com-

preender também, para que nós possamos aspirar à emancipação. Não no sentido iluminista clássico, porque hoje nós sabemos demais sobre tantas condições que nos cativam, mas de todo modo, pelo menos, para escapar dessas amarras com um pouco mais de esperança.

Em um quadro educacional que nos submete a uma Reforma do Ensino Médio que não atende às expectativas dos trabalhadores da Educação pública e privada, a uma adoção de uma Base Nacional Comum Curricular denominada como terceira versão (elaborada no/pelo atual (des)governo), ainda mais polêmica do que as outras duas preliminares, a uma Reforma das Licenciaturas concomitante à contraditória legitimação do notório saber para o exercício do magistério, e à extinção de projetos que deram resultados como o PIBID, perguntamos: há possibilidades de subversão?

Com relação a todas essas “antirreformas”, a antirreforma do Ensino Médio, a adoção dessa Base Nacional Comum Curricular, que foi profundamente alterada no ministério Mendonça, esses riscos que estão sendo cogitados de reforma da licenciatura, os riscos todos ao exercício do magistério, na verdade, subsumiriam uma rubrica única que é o compromisso de não implementar o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação, aprovado por unanimidade (uma coisa raríssima) tanto na Câmara quanto no Senado, resultou de um amplo debate com a sociedade ao longo de quatro anos – as pessoas até diziam que a discussão demorou demais. Mas veja, discussões relativas à educação têm que tomar tempo mesmo, porque elas envolvem decisões muito relevantes para a sociedade. E, ao fim de tudo isso, a emenda do teto de gastos, essa antirreforma do Ensino Médio, uma catástrofe, todas essas outras providências que vêm sendo implementadas, por exemplo, o fim do CAQi, que é o Custo Aluno-Qualidade Inicial, que envolveria um ingresso de cerca de 50 bilhões de reais para a Educação Básica, o fato de que esteja sendo cogitado nesse momento pelo Conselho Nacional de Educação uma possibilidade de ministrar 40% do conteúdo curricular no Ensino Médio a distância. Todas essas coisas, eu acho, que elas deverão ser enfrentadas com luta. E

elas vem sendo enfrentadas com luta. É preciso dizer que a primeira manifestação após o golpe, a primeira grande manifestação social insurgente, foi a ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas, os secundas. E eles disseram: vai ter luta! Depois disso, houve também um grande movimento social contra a reforma do Ensino Médio, e o magistério continua se mobilizando. Não só por razões salariais, embora também por razões salariais, que reconhecemos, são básicas para que nós possamos ter uma educação decente nesse país. Já á está tendo luta e vai ter luta para que nós possamos mudar essa agenda e voltar, inclusive, aos consensos que nós laboriosamente construímos ao longo de anos de debates. Então, não é o fato que nos falem ideias. Não, nós fomos atropelados nessa guerra política, mas não quer dizer que não estejamos em condições de fazer, como fizemos, ao longo da história da República Brasileira, a defesa da educação pública de qualidade.

Como ficam o docente e o discente com a efetivação dessas medidas?

Também antecipei um pouco a resposta à questão seis: como ficam o docente e o discente com a efetivação dessas medidas. Como eu já disse, eles estão, nesse momento, fragilizados com a adoção dessas medidas, mas, por outro lado, também, organizados para lutar contra elas. Há muitas coisas acontecendo no campo da educação brasileira, inclusive agora, na disputa pela renovação na diretoria do ANDES, nós tivemos uma presença muito maior de votantes do que nas versões anteriores desse processo. O fato é que há uma energia percorrendo as instituições de ensino, a escola, a universidade. Há reuniões por todo o lado, há greves, há confrontos – alguns até muitos dolorosos, alguns atravessados por muita irracionalidade. Mas isso é da hora, e nós temos que ter compreensão para aproveitarmos esse vento para que ele venha soprar na direção da mudança.

Como se sabe, a mídia tem tido um grande poder na fomentação e circulação de tais medidas políticas. Como linguista, poderia falar sobre o modo de divulgação de medidas concernentes ao ensino, às instituições e à pesquisa?

As posições na mídia sobre a educação são propagandas. Hoje você não tem, a não ser residualmente, um debate de qualidade, um debate consistente, sobre a educação divulgado/expresso na mídia brasileira. Claro que há colonistas, dissidentes – alguns até de qualidade, mas que mais ou menos figuram como contraponto porque as matérias ordinárias, as manchetes, são extremamente detratadoras da educação pública no Brasil. Em parte, isso resulta desse surto de obscurantismo que viceja na sociedade brasileira desde as manifestações de junho de 2013, paradoxalmente. As manifestações de junho de 2013, que tinham um grande potencial libertário, acabaram capturadas, em grande parte, pelos setores mais conservadores, mais reacionários da sociedade brasileira que usaram essas movimentações para recolocar suas bandeiras. Hoje, é assustador o que nós ouvimos na Câmara e no Senado: manifestações, por exemplo, desabonadoras de uma figura como Paulo Freire. Isso é de uma irracionalidade tão boçal que eu tenho até dificuldade para confrontar. Porque, afinal, entre os cem autores mais citados hoje no mundo, você só tem um brasileiro que é Paulo Freire. E esses idiotas invectivavam contra Paulo Freire com a liberdade dos ignorantes, uma coisa impressionante. A defesa da Escola sem Partido, nesse momento inclusive, tem um projeto tramitando nas comissões para realmente criar uma lei da mordaza para os docentes e coisas malucas, que querem proibir que se trate não é da orientação sexual, da reprodução humana na Educação Básica porque isso tem um potencial pornográfico. Aquilo é um negócio desesperador. E esse tipo de discurso alcança a mídia. Como se a escola brasileira fosse uma escola prosélita, uma escola em que se estivesse apenas fazendo a defesa apenas de teses da contracorrente. Eu até ficaria feliz que essa fosse a realidade. Não é verdade, isso desconsidera quem são os professores no Brasil. Os professores no Brasil, em grande parte, resultam dessa grande maioria da população que não tem posições de vanguarda. Então essa é uma mentira. Mas há uma outra disputa em curso nesse momento no Brasil que é uma disputa comercial. Então, aquilo que já se conseguiu na educação superior, que é você ter uma maioria de cursos e de instituições tratando a educação como um bem comercial, como uma mercadoria, você agora está fazendo um trabalho para disputar a volumosa quanti-

dade de recursos que há no Brasil para a educação fundamental e, nesse caso, a fatia que está sob ataque é o Ensino Médio, inclusive no que diz respeito à indústria de livros didáticos. Nós temos que estar atentos para essa propaganda e conseguirmos, na medida do possível, desconstruí-la, porque, pelo contrário, devíamos ter recursos educacionais abertos, em que os recursos públicos investidos na produção de material pedagógico criassem bens comuns. Bens que ficassem à disposição da sociedade, que pudessem ser modificados pelos professores, pelos alunos, pelo pessoal da educação. O que nós hoje temos na mídia é propaganda e uma propaganda com viés bastante explícito: contra a educação pública, contra aquilo que nós conseguimos na Constituição, que é tratar a educação como uma incumbência da sociedade e não apenas da família e alguma coisa que é do interesse da sociedade e, portanto, implementável com recursos públicos.

O que você teria a dizer sobre a formação de professores de Letras e a proposta de Reforma das Licenciaturas?

Um discurso que circula com muita facilidade é que o curso de Letras, particularmente nas instituições públicas, nas instituições federais, não prioriza a formação de professores. Priorizaria a formação de intelectuais, a formação de pesquisadores, mas teria pouca sensibilidade para questão do trabalho pedagógico e, nesse sentido, constituiria uma lacuna, em uma grande necessidade que o Brasil tem, que é a formação de bons professores na área da linguagem. Em primeiro lugar, é preciso dizer o seguinte: a maioria dos professores brasileiros são formados em instituição privadas. Então, quando nós tratarmos dos cursos de Letras, não adianta nós ficarmos apenas com o olhar focado nas instituições públicas que formam a minoria dos professores. Temos que ter uma política que cruze as paredes e alcance a formação nas instituições privadas. Essa é a primeira coisa. Segunda coisa que eu queria dizer é a seguinte: é lógico que é essencial formar para o trabalho. Um professor na área de linguagem tem que conhecer a sua prática, familiarizar-se com o ambiente em que vai trabalhar, que é majoritariamente o ambiente da escola pública, ele tem

que refletir sobre a sociedade, sobre o contexto que será o contexto de seu trabalho. Tudo isso é absolutamente inestimável e tem que estar presente na condição curricular. Agora, um ponto que eu gostaria de destacar por final é que, também, é essencial que o professor que nós formamos esteja familiarizado com o extraordinário legado intelectual da reflexão sobre a linguagem que nós acumulamos nos últimos 2500 anos, isso para falar da tradição ocidental. A tradição ocidental, ela se institui com o grande debate entre pré-socráticos e socráticos, e, fundamentalmente, foi Platão quem ganhou a guerra. E daí por diante, prevaleceu, na reflexão sobre a linguagem, a visão platônica, que, aliás, nem nos devia levar a desconsiderar as questões que ele descarta, além de nos fazer reconhecer a poderosíssima inspiração que se origina de tal legado. Platão, Aristóteles, os gramáticos alexandrinos, os romanos, a reflexão sobre linguagem na Idade Média, a gramática racional, o trabalho de gramatização das línguas do mundo, depois os neogramáticos, os linguistas históricos, os filólogos, toda essa extraordinária constituição intelectual dos estudos da linguagem no século 20 em diálogo com a sociologia, com a ciência política, com as ciências cognitivas, com a psicologia, com a ciência da computação. Eu acho que seria uma tragédia se nós não fôssemos capazes de formar um professor de linguagem que tivesse consciência de que há esse legado e que não o tivesse visitado, claro que muito parcialmente. Formar um professor de português, de língua estrangeira, hoje no Brasil, é uma tarefa estratégica para que possamos ter um espaço público cidadão e emancipado, e esse profissional é alguém que tem que ser preparado na esfera da sua capacidade de trabalho e, também, como legado dessa extraordinária tradição intelectual que é o pensamento sobre a linguagem na nossa tradição.